

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP
DO PORTO DE FORTALEZA – 2026**

DATA E HORA: 17/07/2026 às 09h30min

LOCAL: Presencial e por videoconferência, através do sistema *Microsoft Teams*.

CONVIDADOS: **Mário Jorge Cavalcanti Moreira**, Representante da Diretoria Comercial da CDC; **Ana Paula Schnorr Cantisani**, Coordenadora Substituta de Manutenção Elétrica e Mecânica e de Infraestrutura Civil; **Robson de Oliveira Loureiro**, Coordenador Jurídico; **Fausto Pinheiro Neto**, representante da empresa HMS Brasil Offshore.

EXPEDIENTE

I. Verificação do quórum e abertura da reunião:

O Presidente do Conselho de Autoridade Portuária iniciou a reunião, dando boas-vindas aos presentes e declarando aberta a 4ª reunião ordinária do CAP em 2026.

II. Aprovação da ata da 3ª reunião ordinária do CAP em 2026:

O Presidente, Sr. Daniel Aldigueri informou que a minuta da ata da 3ª Reunião Ordinária havia sido previamente encaminhada aos Conselheiros e consultou o colegiado quanto à existência de considerações ou ajustes. O Conselheiro Paulo Renato, representante dos trabalhadores portuários, solicitou a retificação de trecho da ata, a fim de deixar expressamente consignado que a referência ao regime de trabalho dos trabalhadores portuários dizia respeito aos **trabalhadores portuários avulsos**. Esclareceu que a solicitação consistia apenas em ajuste de redação, sem alteração do conteúdo de sua manifestação, destacando a necessidade de precisão quanto à categoria a que se referia sua fala.

Diante da solicitação, a Secretária informou que o texto seria ajustado e novamente encaminhado aos Conselheiros para apreciação. Dessa forma, a aprovação da ata da 3ª Reunião Ordinária ficou pendente da circulação da versão retificada e da manifestação dos Conselheiros.

ORDEM DO DIA

III. Arrendamentos de áreas no Porto de Fortaleza – Relator: Mário Jorge Cavalcanti Moreira – Representante da Autoridade Portuária.

- a. Terminais MUC59/MUC03/MUC05**
- b. Terminal de Contêineres**
- c. Contrato de Passagem do sistema dutoviário do Porto**

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP

Porto de Fortaleza

O Sr. Mário Jorge Cavalcanti Moreira apresentou atualização acerca dos processos de arrendamento das áreas do Porto de Fortaleza, destacando o andamento dos projetos dos terminais MUC03, MUC04, MUC05 e MUC59:

Em relação ao MUC03, destinado a terminal especializado em granéis sólidos minerais, informou que o EVTEA foi aprovado pelo Despacho Decisório nº 25/2026/SNP-MPOR, de 01/06/2026, aguardando o agendamento da ANTAQ para abertura da consulta pública.

Quanto ao MUC05, destinado a terminal especializado em granéis sólidos minerais e carga geral, informou que a audiência pública foi realizada em 08/04/2026 e que o processo se encontrava em fase de contribuições, devendo, após seu encerramento, ser submetido aos ajustes e às etapas subsequentes.

Sobre o MUC04 – Terminal Especializado de Contêineres e Carga Geral, informou que o processo permanece em andamento, com expectativa de realização do leilão ainda em 2026. Esclareceu que o certame será público e estará aberto às empresas que atendam às condições do edital, não decorrendo qualquer preferência ou privilégio da elaboração ou doação de estudos. Acrescentou que estudos eventualmente doados possuem caráter referencial e são submetidos à análise e revisão pelos órgãos competentes, podendo a modelagem final divergir do material inicialmente apresentado.

Quanto ao MUC59, informou que não havia atualizações a serem apresentadas ao Conselho naquela oportunidade.

O Presidente do Conselho, Sr. Daniel Aldigueri, ressaltou a importância do avanço dos processos de arrendamento e da ampla participação de interessados nos futuros certames, destacando os benefícios da maior competitividade para a Autoridade Portuária. Em relação ao MUC04, destacou o potencial do terminal para ampliar a movimentação de contêineres e fortalecer a cabotagem no Porto de Fortaleza, bem como a oportunidade de atração de novos operadores.

Durante a discussão, o Conselheiro Paulo Renato, representante dos trabalhadores portuários, manifestou preocupação quanto aos possíveis impactos dos arrendamentos sobre os trabalhadores portuários avulsos, especialmente em relação à exclusividade de utilização da mão de obra e às tratativas em curso com operadores. Ressaltou a importância da transparência e do diálogo com a categoria. Em relação ao Terminal de Contêineres, informou que as questões relativas à mão de obra já haviam sido apresentadas e discutidas com os trabalhadores, com esclarecimentos acerca do projeto e das garantias previstas.

O Conselheiro representante do sindicato dos conferentes e consertadores de cargas, Sr. Braulino Neto, informou a existência de audiência com a TERMAP para tratar da exclusividade dos trabalhadores portuários avulsos (TPAs), destacando a disposição do sindicato para o diálogo e a busca de soluções consensuais.

O Presidente e os demais participantes reforçaram a importância da manutenção do diálogo entre a Autoridade Portuária, os operadores e os representantes dos trabalhadores, de forma a conciliar o desenvolvimento das operações, a competitividade dos terminais e a preservação das atividades dos trabalhadores portuários avulsos.

Ainda durante a discussão, foi abordada a situação da tancagem no complexo portuário de Fortaleza e seu entorno. O Sr. Mário Jorge registrou que o tema é de conhecimento da Diretoria da Companhia e que os distribuidores envolvidos deverão adotar as providências cabíveis. O Sr. Fausto

alertou para os possíveis impactos sociais, econômicos e ambientais de eventual alteração ou transferência da tancagem, destacando os efeitos sobre a atividade de transporte, a sustentabilidade e a arrecadação local, bem como o risco de desabastecimento. Ressaltou, ainda, que eventual transferência poderá ampliar o transporte rodoviário de combustíveis, com aumento das distâncias percorridas, do consumo de diesel e das emissões de CO₂, além dos impactos sobre a logística de abastecimento de Fortaleza e da Região Metropolitana.

No que se refere ao Contrato de Passagem do sistema dutoviário do Porto, o Conselheiro Allan Coutinho, representante da Transpetro, informou que houve notificação da ANTAQ quanto à necessidade de regularização do contrato. Relatou que, em 14 de julho de 2026, a Petrobras respondeu ao ofício da Companhia Docas do Ceará, propondo reunião com a CDC para a última semana de julho, destinada à discussão das próximas etapas da regularização e formalização do instrumento. Informou, ainda, que serão realizadas diligências junto à ANTAQ para tratar da regularização da pendência, inclusive quanto à multa aplicada.

O Conselho registrou a relevância da regularização do Contrato de Passagem para a continuidade e a segurança das operações do sistema dutoviário e deliberou pelo acompanhamento das tratativas entre as partes.

O Conselho continuará acompanhando as questões.

IV. Movimentação de cargas. Relator: Mário Jorge Cavalcanti Moreira – Representante da Autoridade Portuária.

O Sr. Mário Jorge Cavalcanti Moreira apresentou os resultados da movimentação de cargas do Porto de Fortaleza no primeiro semestre de 2026, com base no Relatório Gerencial – Junho/2026. Informou que a movimentação total acumulada alcançou 2.593.853 toneladas, crescimento de 10,3% em relação ao mesmo período de 2025 e resultado 7,1% superior à meta estabelecida para o semestre.

No detalhamento por segmento, destacou o desempenho positivo do Granel Líquido, com 1.257.103 toneladas, crescimento de 8,1%; do Granel Sólido Agrícola, com 558.835 toneladas, crescimento de 9,9%; do Granel Sólido Mineral, com 380.030 toneladas, crescimento de 1,4%, embora 1,6% abaixo da meta; e do Granel Sólido Total, que alcançou 938.865 toneladas, crescimento de 6,3%. Quanto à carga geral, foram movimentadas 397.885 toneladas, representando crescimento de 30%, com destaque para a contribuição da cabotagem.

Em relação aos contêineres, informou que foram movimentados 52.662 TEUs, crescimento de 14,9% em relação ao primeiro semestre de 2025 e resultado 13% superior à meta. Diante do desempenho observado e da expectativa de maior movimentação no segundo semestre, especialmente em razão da cabotagem e de novas escalas, foi mencionada a possibilidade de o Porto alcançar novo recorde anual de movimentação de contêineres.

Durante a apresentação, foi destacada a expectativa de crescimento da movimentação no segundo semestre, especialmente em razão da safra agrícola e da continuidade da expansão da movimentação de contêineres. Também foi apresentada a evolução das atracações, com destaque para o aumento das escalas de navios de contêineres. O Conselho discutiu a conveniência de acompanhar a movimentação não apenas pelo volume de carga, mas também pelo perfil e porte dos navios que utilizam o Porto, considerando os impactos sobre a operação e o planejamento da infraestrutura necessária ao atendimento da demanda.

Na discussão sobre a infraestrutura, foi ressaltada a importância do avanço dos estudos aquaviários e dos processos de arrendamento, considerando que os futuros arrendatários deverão

assumir investimentos e manutenção relacionados às áreas arrendadas. Nesse sentido, a transferência dessas responsabilidades poderá permitir à Companhia concentrar esforços e recursos na melhoria da infraestrutura aquaviária, especialmente em aspectos relacionados à profundidade, sinalização e condições de acesso ao Porto.

O Conselho tomou conhecimento dos resultados apresentados e registrou a evolução positiva da movimentação de cargas no primeiro semestre, bem como a importância do acompanhamento dos indicadores e do planejamento da infraestrutura para suportar o crescimento esperado das operações.

Conselho continuará acompanhando a questão.

V. Atualização acerca de Segurança no Porto, Sistema de Acesso e assuntos gerais. Relator: Francisco Roberto Loureiro – Representante da Autoridade Portuária.

Foi relatado, pelo Capitão de Mar e Guerra Bruno Rocha, representante da Marinha, pelo Conselheiro Raniele Lima, representante da ANVISA, e pela Sra. Ana Paula Schnorr, Coordenadora de Gestão Portuária, a ocorrência envolvendo um navio que permaneceu à deriva nas proximidades do Porto. Foram prestados esclarecimentos acerca das providências adotadas pelas autoridades e instituições envolvidas, incluindo o acompanhamento da embarcação, o atendimento aos tripulantes e as medidas necessárias para garantir a segurança da navegação e das pessoas a bordo. Registrou-se, ainda, que a situação demandou atuação conjunta de diferentes órgãos, permanecendo o caso sob acompanhamento das autoridades competentes até a adoção das providências necessárias para a regularização e retirada da embarcação.

O Conselho continuará acompanhando as questões.

VI. Apoio Logístico a caminhoneiros e usuários. Relator: Francisco Roberto Loureiro – Representante da Autoridade Portuária.

O Sr. Mário Jorge Cavalcanti Moreira informou que existem três empresas credenciadas para implantação de estruturas destinadas ao apoio logístico e atendimento aos veículos que acessam o Porto, encontrando-se os empreendimentos em diferentes estágios de implantação.

Em relação à empresa TB, informou que houve alteração do local inicialmente previsto para implantação da estrutura, encontrando-se a solicitação em análise pela área jurídica da Companhia, para manifestação quanto à possibilidade de alteração. Quanto empresa credenciada localizada no Posto São Cristóvão, na BR 116, informou que a estrutura já se encontra concluída. Em relação a empresa localizada nas proximidades da Base Aérea, registrou que as obras encontram-se em andamento.

Foi ressaltado a importância da implantação das estruturas de apoio e da disponibilização do sistema de agendamento e controle de acesso, considerando que a infraestrutura física deve estar acompanhada das soluções tecnológicas necessárias ao adequado gerenciamento do fluxo de veículos. Foi mencionado, ainda, que os testes e demais providências relacionadas ao sistema deverão ser acompanhadas pela Companhia.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

VII. Acompanhamento e atualizações do Projeto de Sinalização Náutica. Relator: Francisco Roberto Loureiro – Representante da Autoridade Portuária.

O Sr. Mário Jorge Cavalcanti Moreira apresentou atualização acerca dos estudos e das providências relacionadas à sinalização náutica e à ampliação da capacidade operacional dos canais de acesso ao Porto de Fortaleza. Informou que o Canal Norte/Sul vem sendo objeto de estudos e adequações, incluindo o alargamento da área sinalizada, com a evolução das etapas condicionada às tratativas com os armadores e demais intervenientes.

Foi informado que a segunda etapa do projeto, após as aprovações necessárias, deverá ser encaminhada à Marinha para as providências relacionadas à sinalização náutica. Quanto à terceira etapa, foi esclarecido que contempla a dragagem e a adequação da bacia de evolução, de acordo com os estudos desenvolvidos pela Universidade de São Paulo – USP, cujo projeto deverá subsidiar as intervenções futuras destinadas à ampliação da capacidade de atendimento a navios de maior porte.

Durante a discussão, foi abordada a possibilidade de realização de operações experimentais com navios de maior calado, inclusive com aproximadamente 10,75 metros, mediante articulação prévia entre a Companhia Docas do Ceará, a Marinha, a praticagem, os armadores e demais envolvidos. Ressaltou-se que as operações deverão ser previamente alinhadas e autorizadas pelas instâncias competentes, de modo a assegurar as condições de segurança da navegação e permitir a avaliação das condições operacionais.

O Capitão Bruno Rocha, representante da Marinha, apresentou considerações acerca dos parâmetros e das dimensões dos navios, ressaltando a necessidade de observância das características das embarcações e das condições de navegação para a realização das operações experimentais. Foi destacada, ainda, a importância da articulação antecipada com a Marinha e a praticagem para definição dos procedimentos e avaliação das condições de entrada e saída dos navios.

No âmbito das tratativas com os armadores, o Sr. Fausto informou que buscará contato com a North Coast, com o objetivo de avaliar a possibilidade de participação de embarcação em operação experimental, observadas as condições técnicas e operacionais necessárias.

Por fim, foi ressaltado pelo Presidente do colegiado, que os estudos e as providências em andamento deverão permitir o avanço gradual da capacidade operacional do Porto, devendo as etapas de sinalização, estudos, simulações e, posteriormente, dragagem ser conduzidas de forma coordenada, com as aprovações e medidas necessárias para garantir a segurança e a eficiência da navegação.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

VIII. Atualização sobre ações para melhoria da infraestrutura portuária do Porto de Fortaleza. Relator: Urbano Costa Lima Filho – Representante da Autoridade Portuária.

- a. Defensas**
- b. Pavimentação e recuperação do Cais Comercial**
- c. Píer Petrolero**

Sra. Ana Paula Schnorr, Coordenadora de Gestão Portuária da CDC, informou que, em razão das férias do Coordenador de Infraestrutura Civil e da vacância da Coordenadoria de Manutenção Elétrica e Mecânica, encontra-se, também, respondendo pelas referidas áreas, além de suas atribuições na área de Gestão Portuária, passando a apresentar as atualizações relativas à infraestrutura.

Quanto às Defensas, informou que já há material disponível para execução dos serviços. No berço 105, foram substituídos três painéis, estando prevista a continuidade das intervenções conforme as janelas operacionais disponíveis. No berço 104, foi realizada a substituição de um painel e de outro componente da estrutura. No berço 103, foram instaladas três novas defensas, permanecendo prevista a substituição de mais um painel, a ser realizada no início de agosto, condicionada à disponibilidade de janela operacional para execução do serviço.

Em relação à pavimentação e à recuperação do Cais Comercial, informou que a empresa PHD permanece responsável pelos serviços de reparos emergenciais, inclusive intervenções relacionadas a fugas e demais ocorrências pontuais, enquanto tramita processo interno para contratação dos serviços de recuperação do Cais Comercial.

Quanto ao acesso ao Terminal Marítimo de Passageiros – TMP, informou que os serviços foram concluídos em 2 de julho de 2026. A intervenção compreendeu a requalificação do acesso ao terminal, conforme o projeto de infraestrutura da Companhia.

No que se refere ao Píer Petroleiro, foi informado que a contratação das obras permanece em tratativas, havendo discussão judicial relacionada ao processo. O Sr. Robson Loureiro, Coordenador Jurídico, e a Sra. Ianna Gomes, Assistente de Gestão, prestaram esclarecimentos acerca do andamento da matéria, informando que a situação relacionada ao certame encontra-se suspensa por decisão judicial e que estão sendo elaborados pareceres complementares para reforçar a manifestação jurídica da Companhia. Diante da situação, foi mencionada a possibilidade de adoção das medidas judiciais cabíveis, inclusive eventual impetração de mandado de segurança, considerando a necessidade de resguardar a Companhia diante de possível agravamento da situação estrutural e de eventual dano de difícil ou impossível reparação.

Quanto à contratação da obra, foi esclarecido que estava em avaliação a forma mais adequada de prosseguimento, inclusive quanto à possibilidade de contratação emergencial. Após a apresentação das avaliações técnicas realizadas, contudo, registrou-se que a análise mais aprofundada da estrutura, com realização de ensaios, testes e coleta de corpos de prova, apresentou quadro distinto da avaliação visual preliminar, não tendo sido identificado, naquele momento, risco de colapso ou necessidade de intervenção imediata. Dessa forma, foi indicada a possibilidade de prosseguimento por meio de contratação ordinária, observados os procedimentos de licitação aplicáveis, sem prejuízo do acompanhamento da integridade da estrutura e da adoção das medidas necessárias.

Durante a discussão, foi ressaltado pelo Presidente do colegiado a importância de que as providências relacionadas ao Píer Petroleiro sejam conduzidas com a necessária celeridade, observando-se, simultaneamente, a segurança operacional, a integridade da estrutura e os procedimentos jurídicos e administrativos aplicáveis. Os esclarecimentos técnicos apresentados trouxeram maior segurança ao colegiado quanto às condições atuais da estrutura, permitindo o planejamento das medidas necessárias sem prejuízo da continuidade e da segurança das operações portuárias. Também foi destacada a necessidade de acompanhamento contínuo da situação pelas áreas responsáveis.

O Conselho continuará acompanhando as questões.

ASSUNTOS GERAIS:

Os Conselheiros Sr. Paulo Renato Sr. Braulino Neto, representantes dos trabalhadores, bem como o Sr. Raniele Lima, representante da ANVISA, órgão interveniente, destacaram a importância da aproximação da nova Presidência da Companhia Docas do Ceará com as entidades sindicais e os órgãos intervenientes que atuam no Porto.

O Presidente do Colegiado, Daniel Aldigueri, ponderou que a atividade portuária envolve a atuação coordenada de diversos agentes e órgãos, cada qual com competências específicas, incluindo autoridades intervenientes, operadores, armadores e representantes dos trabalhadores, ressaltando que a articulação institucional é fundamental para o adequado funcionamento das operações e para o encaminhamento das demandas do setor. Destacou, ainda, a importância de manter o diálogo e o registro das tratativas institucionais, de modo a assegurar a continuidade dos assuntos em andamento, inclusive diante de eventuais mudanças na gestão da Companhia.

O Sr. Raniele apresentou, dois informativos de interesse da comunidade portuária. O primeiro tratou da Campanha de Multivacinação, realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e a Coordenadoria de Segurança, Meio Ambiente e Saúde da CDC - CODSMS, destinada aos trabalhadores portuários, com atendimento previsto para os dias 4, 5 e 6 de agosto, das 9h às 16h, no CVT Portuário. Informou que estarão disponíveis vacinas contra Covid-19, influenza, tríplice viral, febre amarela, hepatite B e dupla adulto (difteria e tétano). Ressaltou a baixa adesão dos trabalhadores à campanha realizada em 2025 e solicitou o apoio dos representantes sindicais na divulgação e mobilização da categoria, visando ampliar a participação.

O segundo informativo referiu-se à revisão do Plano de Contingência de Saúde Pública do Porto de Fortaleza, em razão da atualização do contexto epidemiológico e das orientações relacionadas a eventos de saúde pública de importância internacional. Explicou que o Porto de Fortaleza é ponto de entrada designado e que, para manutenção dessa condição, os planos de contingência devem permanecer atualizados e compatíveis com o cenário epidemiológico vigente.

Informou que a revisão está sendo conduzida de forma articulada com as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde e demais órgãos envolvidos, considerando que eventual ocorrência de saúde pública nos pontos de entrada demanda atuação integrada entre as instituições. Destacou, ainda, que o trabalho envolve a avaliação das capacidades de resposta dos pontos de entrada e a atualização dos procedimentos aplicáveis a eventuais emergências sanitárias, podendo contar com a participação de representantes da comunidade portuária em etapas posteriores.

O Sr. Raniele ressaltou a importância da sensibilização da alta gestão e dos demais atores que atuam no Porto para a participação nesse processo, enfatizando que a efetividade das medidas de saúde pública depende da atuação coordenada entre a ANVISA, a Autoridade Portuária, os trabalhadores, os operadores e os demais órgãos intervenientes.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS:

Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes e pela Secretária do Conselho

Fortaleza, 17 de julho de 2026.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP

Porto de Fortaleza

DANIEL RODRIGUES ALDIGUERI
Presidente do CAP

RANIELE FERREIRA LIMA
Conselheiro

CARLOS ALBERTO LIMA DOHNERT
Conselheiro

FRANCISCO LÚCIO BATISTA NUNES
Conselheiro – Suplente

PAULO RENATO DA SILVA RÉGIS
Conselheiro

JOSÉ RIBAMAR DOS SANTOS FILHO
Conselheiro

BRAULINO DAMASCENO AMARAL NETO
Conselheiro

BRUNO IUGHETTI
Conselheiro

BRUNO ROCHA DE SOUSA TEIXEIRA
Conselheiro

ALLAN COUTINHO PEREIRA
Conselheiro – Suplente

VERIDIANE MAIA
Secretária